

## Direito Previdenciário

O curso tem como objetivo principal formar um pós-graduado lato sensu de excelência. Para tanto, possui um corpo docente formado por professores que são referências em suas áreas. Além disto, o curso proporciona ao aluno não só o enfrentamento de temas atuais, mas também o estudo e a resolução de casos práticos. Neste contexto, afasta-se da ideia de uma pós-graduação essencialmente teórica, sem perder a profundidade que se espera de um curso lato sensu. Na pós-graduação em direito previdenciário da PUCPR inexistente a divisão em parte teórica e prática: todas as disciplinas e professores deverão tratar de temas demonstrando ao discente a sua aplicação no dia a dia, desde teses aceitas no judiciário até novas construções doutrinárias.

Por que fazer na PUCPR?

O curso é estruturado em 4 módulos, que abordam não só o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mas também o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), previdência complementar e revisões de prestações. Cabe destacar, ainda, que a pós-graduação em direito previdenciário é norteada por duas premissas essenciais: interdisciplinaridade e atuação profissional. Por conta disto, não possui a divisão entre teoria e prática: todas as disciplinas apresentarão o conteúdo e colocarão o estudante em contato com casos reais. No que tange à interdisciplinaridade, o curso conta com técnicas de gestão de escritório, contabilidade para fins de cálculo de benefícios, conceitos econômicos e de como as novas tecnologias impactam a relação jurídica previdenciária.

Mais especificamente, cada módulo é estruturado em 3 disciplinas de 24 horas e mais um desafio de aplicação de 12h. Os cursos de pós-graduação lato sensu da área do Direito da PUCPR oferecem ao aluno a opção de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Essa possibilidade está em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC para os cursos de pós-graduação lato sensu em todo o País (Res. 1/2018 da Câmara de Educação Superior) e visa atender os estudantes que necessitam do TCC em seus currículos, por qualquer motivo que seja. Seguem como requisitos para aprovação no curso e a consequente emissão de certificado de Pós-graduação Lato Sensu, a presença em sala de aula (ou ambiente virtual) dentro do mínimo estabelecido, bem como a aprovação nas atividades avaliativas das disciplinas que compõem o programa.

Aqueles que optarem por realizar o TCC deverão matricular-se na disciplina específica (Orientação de TCC), para a qual receberão orientação dentro de sua área de interesse. Essa disciplina passará a compor a grade curricular do estudante, terá custo à parte e deverá ser finalizada até a conclusão do curso. Aprovado o trabalho de conclusão de curso realizado pelo aluno, o histórico do curso de pós-graduação é acrescido da informação de que o curso contou com TCC.

A matrícula na disciplina de TCC amplia o vínculo do aluno com o curso. Desta forma, o certificado do aluno somente poderá ser emitido após a conclusão, com êxito, do trabalho de conclusão de curso. Público-Alvo A pós-graduação em direito previdenciário da PUCPR é voltada aos advogados e servidores públicos (do INSS, da justiça federal e procuradores). A partir deste público-alvo, o curso foi estruturado de forma a capacitar o advogado ou servidor público. Finalmente, para os que desejarem, a pós-graduação de direito previdenciário da PUCPR proporcionará o contato com a produção acadêmica, estimulando os alunos a assumirem um papel de destaque na comunidade científica.

**Campus:**

Curitiba

**Modalidade:**

EAD

**Formato:**

---

**E-mail:**

**Telefone:**

<https://wa.link/ujrnbc>

[www.pucpr.br](http://www.pucpr.br)

Aula Online ao Vivo

**Duracao:**

13 meses

**Periodicidade:**

Semanal

**Mensalidade:**

R\$ 581.90

**Inscricao:**

---

**E-mail:**

**Telefone:**

<https://wa.link/ujrncb>

[www.pucpr.br](http://www.pucpr.br)

Clique aqui

# Disciplinas

## Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.

## A previdência no estado contemporâneo: proteção social e custeio

Histórico da proteção Social. Seguridade Social. Previdência. Assistência. Saúde. Custeio. Contribuições dos segurados obrigatórios. Contribuições das empresas. Lei 8.212/91.

## Princípios norteadores e hermenêutica

Normas. Princípios. Regras. Conflito de princípios e regras. Aspectos filosóficos. Fundamentação da relação jurídica previdenciárias. Princípios no âmbito da Seguridade Social. Princípios Previdenciários.

## A relação jurídica previdenciária sob a perspectiva da revolução 4.0

Revolução 4.0. INSS Digital. LGPD. O processo administrativo. Blockchain. IN 77/2015. Decreto 3.048/99

## Desafio de Aplicação - Análise De Teses Previdenciárias Sob A Perspectiva Dos Tribunais Superiores

Leitura de 5 acórdãos proferidos pelos tribunais superiores em teses que impactaram a relação jurídica previdenciária e que se ampararam em princípios. Com isto, será visualizada, na prática, a importância da disciplina.

## Aposentadoria Especial e da Pessoa com Deficiência

Aposentadoria Especial. Posicionamento jurisprudencial. Saúde e segurança do trabalhador. Financiamento da aposentadoria especial. EC 103/2019. LC 142/2013. Aposentadoria da Pessoa com deficiência. Conceito de Pessoa com deficiência.

## Benefícios por Incapacidade e Devidos aos Trabalhadores Rurais

Incapacidade permanente. Incapacidade definitiva. Doença e incapacidade. Distinção com deficiência. Requerimento de benefício. EC 103/2019. Auxílio-acidente. Trabalhador Rural. Aposentadoria Híbrida. Aposentadoria por idade rural.

## Aposentadoria Por Idade, Tempo E Pensão Por Morte

Aposentadoria por tempo. Tempo de contribuição. Carência. Aposentadoria por idade. Pensão por morte. Dependentes. Família. EC 103/2019. Decreto 3.048/99.

## Desafio de Aplicação - RGPS: Hard Cases e Oratória

Estudo de casos difíceis e realização de sustentações orais.

## Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)

Regimes próprios. Federal. Estadual. Municipal. Regras. EC 103/2019. Princípios. Regras. Decisões. Posicionamento jurisprudencial.

## Revisões do Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPPS)

Revisões no âmbito do RPPS. Teses. Decisões. Processo.

### **Regimes Complementares**

EAPC. EFPC. Custeio. Investimento. CDC. Jurisprudência. Benefício definido. Contribuição definida. Regime Repartição. Regime capitalização. Solidariedade.

### **Desafio de Aplicação - Regime Próprio: Hard Cases e Teses Inovadoras**

Estudo de casos.

### **A Perspectiva Contábil: Revisões e Cálculos**

Revisões RGPS. Salário-de-contribuição. Salário-de-benefício. Atividades concomitantes. Teses. Vida Toda. IRSM. Buraco verde.

### **A Perspectiva Administrativa: Gestão de Escritório e Confecção de Pareceres**

Gestão. Escritório. Lean thinking. Premissas. Elaboração de parecer. Atendimento ao cliente.

### **A Perspectiva Econômica: Excessiva Judicialização e Impactos na Proteção Social**

Análise econômica. Processo civil. Litigiosidade. Procedimentos. Recurso. Atuação.

### **Desafio de Aplicação - Análise Econômica do Direito Previdenciário**

Escassez. Incentivos. Racionalidade. Premissas Econômicas. Interação com a área Jurídica.

### **Ética**

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.